

A função testemunho, o traumático e a escuta clínica do psicanalista cidadão

Vanuza Monteiro Campos Postigo¹

RESUMO: Estamos vivenciando, nos últimos anos, uma crise sanitária pandêmica que potencializou e descortinou outras crises, sociais e políticas, em andamento na nossa cultura; são tempos de grandes transformações e fragilidades sociais que geram aumento de polarizações, retrocessos no campo político e social com a ascensão de totalitarismos, recrudescimento de fundamentalismos político-religiosos, em um retorno de recalcados conflitos que descortinou a misoginia, o racismo, o machismo e outros tantos preconceitos em nossa cultura. O sujeito hodierno endereça ao analista uma fala que clama por uma escuta que testemunhe e legitime os desconcertantes tempos traumáticos com a liquefação das certezas, com os ataques ao laço social e ao pacto civilizatório. A “função testemunho” assume caráter continente e estruturante em um cenário social que convoca o analista cidadão, um analista implicado em seu tempo e subjetividade, que possa reconhecer, suportar e legitimar a fala do analisando.

PALAVRAS-CHAVE: trauma; função testemunho; analista cidadão

Considerações iniciais

Sigmund Freud (1856-1939) testemunhou as duas grandes guerras mundiais e a pandemia da gripe espanhola, tendo sua vida e seu destino determinados por estes e outros acontecimentos político-sociais em suas oito décadas de vida. Filhos e amigos de Freud participaram da I Guerra Mundial (1914-1918); a gripe espanhola (1918-1920) adoeceu os pulmões de sua esposa, Martha, vitimou sua

1. Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutoranda do Instituto de Psicologia (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora no ÂNCORA – Grupo de pesquisas sobre Territórios Sociais.

primogênita, Sophie; a II Guerra Mundial (1939-1945) coagiu Freud a fugir da ocupação nazista em Viena para o exílio em Londres e vitimou irmãs e outros familiares nos campos de extermínio do holocausto. Tanto em sua vasta correspondência pessoal, quanto em seus textos, encontramos esses atravessamentos históricos, afinal, foram décadas de vida e de produções clínico-teóricas, atravessamentos estes que afetaram não somente a sua visão de mundo, como a compreensão de funcionamento psíquico do sujeito e da cultura.

O Freud que conhecemos através dos textos iniciais da psicanálise é um positivista, cuja teoria é norteada pela proposição de que as ciências são, por excelência, o modelo do conhecimento humano, bem como pela compreensão evolucionista aí associada. Em alguns artigos do começo de sua vasta obra, encontramos um autor que recorrentemente metaforiza a história da cultura com o desenvolvimento humano, comparando o infantil ao primitivo em etapas evolucionistas e que aposta em um avanço cultural do animismo à ciência. O jovem Freud, chamemos assim, constrói uma teoria baseada na interpretação, na qual a tradução do inconsciente e o acesso ao sexual recalcado estavam no centro de sua teorização, como na *Psicoterapia da histeria* (1893/1996a), no *Projeto para uma psicologia científica* (1950[1895]/1996b), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996c) e outros. Já em seus textos finais, encontramos Freud problematizando como a religião é uma ilusão, a qual o sujeito não quer renunciar – no *Futuro de uma ilusão* (1927/1996f) – e anunciando o mal-estar como parte inerente de uma civilização – em *O mal-estar na civilização* (1930/1996g). O Freud maduro reformula sua teorização e apresenta os limites dessa primeira formulação, do modelo tradutivo de interpretação, ampliando sua concepção de funcionamento do aparelho psíquico, localizando no cerne deste aparelho o intraduzível e o irrepresentável, virada teórica possível a partir da formulação do conceito de pulsão de morte em *Além do princípio de prazer* (1920/1996d).

Esse preâmbulo localiza a interpenetração do sujeito e de suas produções em determinadas circunstâncias socioculturais e o quanto somos historicizados e datados na articulação de nossos discursos. E que essa circunstância histórica deve ser escutada pelo analista, conforme explica Koltai (2016, p. 29):

[...] o tratamento analítico deve tratar o homem, o ser psíquico, o sujeito, como sujeito da condição humana, como portador de uma realidade psíquica, que é concomitantemente a sua e do conjunto humano que faz dele aquilo que ele é. Ou dito de outra forma, uma análise não diz respeito apenas à determinada organização psi-

copatológica, ela tem que se haver, quer queira ou não, com o rochedo daquilo que constitui a realidade do humano.

Essa realidade psíquica do conjunto humano, essa interpenetração, é fundamental para pensarmos o sujeito e seu entorno na psicanálise, visada que queremos destacar aqui em nossa reflexão. Vivemos tempos, no mínimo, turbulentos neste século XXI: anos de pandemia da Covid-19, que gerou uma crise sanitária potencializadora e reveladora de outras crises, sociais e políticas, em andamento na nossa cultura; bem como guerras acontecendo em territórios diversos do planeta – na Europa, na Ásia, no Oriente Médio, na África –, desenhando um cenário objetivo e subjetivamente bem complexo, em que pensamentos reducionistas e negacionistas desqualificam os sentimentos de desamparo e horror ante esse cenário por parte da sociedade e de governantes de diversos territórios do planeta.

Alguns pensadores, como a antropóloga Lilia Schwarcz (citada por Coppus, 2020), sugerem que talvez possamos comparar a pandemia da Covid-19 do século XXI com o final da Primeira Guerra Mundial, no século XX e, conforme afirma Coppus (2020, p. 132):

[...] estarecidos pelo poder de destruição proporcionado pelas novas tecnologias ao alcance dos exércitos, os soldados que retornavam do front com vida, para expressarem o indizível horror vivido naquele período, só tinham o silêncio. Como Freud viveu as consequências de se presenciar uma guerra, compreendeu que, nas ações, cotidianas e políticas, temos um discurso que vai da denegação da tragédia que estamos vivendo até a sua elevação à última potência, de forma que nosso vocabulário é invadido por significantes como defesa, ataque, trincheiras, batalha, terror.

São tempos de amplas mutações e vulnerabilidades sociais que geram aumento de polarizações; involuções no campo político e social, com a escalada de totalitarismos; exacerbação de fundamentalismos político-religiosos, em um retorno de recalcados conflitos que descortinou a misoginia, o racismo, o machismo e outros tantos preconceitos em nossa cultura. O sujeito hodierno, avassalado pela queda de ideologias, valores e certezas na tramitação da modernidade para a pós-modernidade, endereça ao analista uma fala que exige uma escuta que testemunhe e legitime a desconcertante liquefação das certezas, os ataques ao laço social e ao pacto civilizatório. São tempos afeitos ao traumático, ao indizível e ao irrepresentável, que aludimos anteriormente ao mencionar, na virada

dos anos 1920, o ressurgimento da ideia do traumático na teoria freudiana, agora com o anúncio da segunda teoria pulsional (Freud, 1920/1996d).

A propósito do trauma, a psicanalista Caterina Koltai (2016) aborda a literatura de testemunho de sobreviventes de genocídios e se indaga sobre quais ensinamentos os traumas históricos abordados nesta literatura podem trazer para a psicanálise. A autora entende os testemunhos como um misto de confissão, reflexão e documento histórico, e propõe que

O analista, ainda que não seja um historiador, não pode, a meu ver, se dar o luxo de ignorar a História, pois como diz Fedida (2007) é seu dever poder imaginar o inimaginável, caso contrário estaria negligenciando que o fato aconteceu. Alguns pacientes nos dizem que o que eles viveram nós teremos que imaginar, e estão cobertos de razão [...]. Aquele que nos fala do horror precisa saber que há um semelhante que o escuta, o que não é sinônimo de empatia, no sentido de dar a impressão que vivemos o que ele viveu, mas de empatia no sentido que podemos tentar imaginar o que ele viveu, que aceitamos nos prestar a isso. (Koltai, 2016, p. 29)

Endo (2008) também destaca o trabalho psicanalítico como espaço privilegiado de produção testemunhal, como testemunho do inconsciente, do trágico e do traumático. E isso assume grande importância em um contexto histórico como o do século XXI. Afinal, como sustenta Lacan (1960/1998), um analista não deve recuar, e sim enfrentar os desafios de seu tempo e seu pertencimento a uma cultura e a um determinado tempo histórico: “Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, 1960/1998, p. 321), horizonte este bastante amplo, mas que comporta o caráter político-social da subjetividade que estamos aqui destacando, visto que é de Lacan, também, a afirmação de que “o inconsciente é a política”.

Dufour (2007 citado por Torossian, 2019) parte da afirmação de Lacan que “o inconsciente é a política” para destacar o lugar estrutural do Outro como terceiro, lugar este que se atualiza na história, acrescentando que “se o inconsciente é a política, a política é a estética” (p. 245). Torossian (2019, pp. 27-28) explica que essa estética

[...] aponta para os textos, relatos, representações, dogmas, gramáticas e saberes (e podemos acrescentar poderes) que permitem sustentar as figuras do Outro a partir das quais o sujeito poderá ser produzido como tal. Produzido para governar seus

modos de trabalhar, falar, crer, pensar, habitar, comer, cantar, contar, amar e morrer. Modos que diferem nos diferentes lugares e épocas.

Um discípulo e analisando de Lacan, o psicanalista Éric Laurent (1999), problematiza e avança nessa questão da política, concebendo o conceito de analista-cidadão em texto homônimo, no qual convida os analistas ao debate social, afirmando que:

Os analistas precisam entender que há uma comunidade de interesses entre o discurso analítico e a democracia, mas entendê-lo de verdade! Há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora . . . pedimos uma rede de assistência em saúde mental que seja democrática e seja capaz de respeitar os direitos de cidadania dos sujeitos que estão nesse campo e nesse marco concreto da saúde mental. (Laurent, 1999, p. 8)

Para além de uma sintonização com a subjetividade de nosso tempo, trata-se de convocar o analista a se implicar nas práticas e discursos da cultura na/da qual escuta o sujeito. Nesse sentido, vale lembrar o alerta de Birman (2020, p. 157):

Sempre que o discurso psicanalítico se representou e se exerceu como autônomo e descolado de sua existência real – nas bordas de outras discursividades e práticas sociais – ao longo de sua história centenária, tornou-se não apenas estéril conceitual e clinicamente como também rígido. Transformou-se em uma ortodoxia marcada pela ritualização (religiosa e obsessivo compulsivo) de seus procedimentos (técnico, clínico e conceitual), perdendo toda a sua inventividade, o seu brilho e até mesmo seu viço.

A implicação do psicanalista em seu contexto histórico é condição de uma escuta que contemple as dores do sujeito sofrente em seu atravessamento intersubjetivo em uma determinada cultura. A noção de analista cidadão permite ampliarmos nossa reflexão sobre a questão do testemunho, particularmente da função testemunho do analista e de seu lugar na polis e seus efeitos no sujeito. Vamos explorar a questão do testemunho para avançarmos em nossos estudos.

A testemunha, a função testemunho e a psicanálise à escuta do traumático

Segundo Barbará (2014), o conceito de testemunho tem procedência jurídica e se refere àquela voz que toma posição, seja em um processo, em uma situação de impasse, ou num contexto de dúvida, destacando que seria um discurso em conflito com uma fala hegemônica, e afirma que “É nesse sentido que os testemunhos estão associados ao trauma, já que se trata de recordar, repetir e elaborar o encontro com o horror, com o real” (p. 87).

Koltai (2016) explica que as catástrofes históricas do século XX suscitaram que pessoas diversas, não necessariamente escritores ou ligadas à literatura, começassem a escrever para registrar, testemunhar a ruptura do pacto social e de uma humanidade autodestruidora, na chamada literatura do testemunho. Conforme afirma a autora:

A figura da testemunha sobrevivente que se descortina por meio dessas leituras permite ao testemunho ultrapassar o *stricto campo* jurídico, reunindo assim, como nos mostra Agamben (1999), os três termos que em latim existiam para definir a testemunha: *Testis*, aquela que intervém como terceiro no conflito entre duas pessoas; *Supertes*, a que tendo vivido integralmente uma experiência, sobreviveu e pode contá-la aos outros; e *Aucotor*, aquela em que seu testemunho exige sempre que algo – fato, ser, palavra – o anteceda, cuja realidade e força devem ser confirmadas ou certificadas. (Koltai, 2016, p. 24)

É por conta disso que Koltai (2016) evoca a importância de um testemunho endereçado a um outro, representante da comunidade humana da qual foi, de alguma maneira, excluído, escuta que possibilita “religar os fios de uma vida interrompida por uma catástrofe histórica, visto que ele representa a possibilidade de uma reintegração na comunidade humana” (p. 29). E é nesse sentido que a autora atribui ao analista uma responsabilidade de ouvir a História na qual o sujeito insere a sua própria história pessoal, bem como o transgeracional que acompanha esse relato.

A literatura do testemunho se assemelha à abordagem freudiana do trauma – de um lado, a escrita e o trauma, e, do outro, a fala e o trauma, conforme compara Muñoz e Bursztyn (2019, p. 77): “É nesse sentido que a psicanálise desenvolve uma relação com o testemunho que se aproxima do procedimento utilizado no campo literário. A ideia de trauma e escrita, associadas ao testemunho, inauguram uma nova modalidade narrativa na história da cultura”.

É nesse lugar de testemunho que podemos localizar a escuta do psicanalista e da possibilidade de um trabalho sobre o traumático do sujeito a partir da simbolização, da narrativa, da construção e do reconhecimento desse acontecimento traumático por ele vivenciado. Trata-se aí do testemunho da escuta analítica possibilitar ao sujeito a produção de fantasias que operem como um anteparo ao traumático; que, a partir dos laços de Eros, se teça uma trama fantasmática que faça face ao traumático.

Giovannetti (2011) parte de Giorgio Agambem e seus conceitos de função testemunho e de hospitalidade para pensar a clínica psicanalítica e explica o que denomina “função testemunho”:

Diferentemente da função interpretante e da função continência, a função testemunho é aquela que se dá sem que o analista tenha estado dela consciente, embora não signifique de forma alguma que seja uma função passiva, isto é, algo que venha dado em toda e qualquer análise. Sendo ao mesmo tempo causa e consequência tanto da função interpretante quanto da função continência, ela ocupa, por assim dizer, um terceiro espaço, um espaço fronteiro entre uma e outra, o espaço da travessia do acontecimento experimentado no aqui e agora transferencial. Por isso ela possibilita o conhecimento e também o reconhecimento de todos os tempos que estão presentes na fala viva e contemporânea do acontecer psicanalítico. Sendo suspensão da interpretação, ela age justamente no ponto de cruzamento entre a ruína, os restos do passado e a potencial construção do futuro, num agora que não é nem subjetivo nem objetivo, nem intrapsíquico nem extrapsíquico mas que, por isso mesmo, um agora, simultaneamente, histórico e revolucionário. (Giovannetti, 2011, p. 101)

Giovannetti (2018) explica que o analista não é somente um intérprete-contigente, mas um “porta-palavra” que se constitui em um verdadeiro testemunho. Essa função de testemunho do analista assume suma importância em um contexto contemporâneo da pós-modernidade, pós-pandêmico da Covid-19, tempo em que guerras diversas são travadas nos continentes, especialmente se somada à função continente e interpretante, pois permite um acompanhamento desse contexto descontinuado e desestruturante e permite que os analistas se posicionem, “situados que estamos na fratura entre dois séculos e em constante transformação” (Nogueira, 2020, p. 96). Ou, retomando Giovannetti (2018, p. 17-18),

Para quem da função interpretativa e para além da função continente, ela se apresenta sempre nesse lugar intersticial, no lugar de fronteiras e também de estrutura-

ção entre aquelas duas. Menos como um testis, mais como um supertestes, o analista vai tentar dar voz e palavra àquilo que não se encontra na área do recalçado, tampouco na área da falência, da ruptura do tecido psíquico, mas mais propriamente na área do “não ter sido possível de ser legitimado enquanto experiência vivida”.

Supertestes, o psicanalista contemporâneo deve poder reconhecer e testemunhar tempos traumáticos, talvez o ápice daqueles já anunciados por clínicos há algumas décadas, como observa Figueiredo (2003), que busca articular os determinantes históricos e culturais dos processos de subjetivação contemporâneos e os mecanismos metapsicológicos predominantes em algumas modalidades de funcionamento psíquico – referidas à clínica do traumático ou catastrófico – presentes em nossos tempos. O autor entende que a Idade Moderna é uma época extremamente exposta ao traumático, vindo a explicação no “fracasso reiterado da tarefa moderna, a convivência inevitável com seus produtos involuntários e indomáveis – o ambíguo, o contingente e as ambivalências” (Figueiredo, 2003, p. 13).

Daí a preocupação de Figueiredo em analisar a clínica contemporânea em uma perspectiva historicizada, pois entende que as metapsicologias são: “construções teóricas’ nas quais se expressam e se articulam modos de relação historicamente determinados com o outro e consigo próprio, com a doença e com a saúde, com os indivíduos e com as coletividades, com os espaços e os tempos” (Figueiredo, 2003, p. 43).

Essa análise de Figueiredo (2018) sobre o regime do traumático da pós-modernidade foi revisitada pelo próprio autor, que aborda o sujeito hodierno como sofrente de adoecimento por apassivação, insistindo na importância dos fatores culturais e históricos macrossociais nesse adoecimento: “há um trauma acumulado e crônico sendo produzido e alimentado pela passionalidade recalcitrante e insistente dos sujeitos, o que escapa aos seus controles racionais e voluntários e ameaça continuamente suas representações de si, suas identidades individuais e coletivas” (Figueiredo, 2018, p. 93).

Munidos deste referencial teórico, podemos conjecturar como a barbárie e a violência do cenário social contemporâneo, que desamparam e ameaçam o sujeito, ensejam a incidência de gestões psíquicas da ordem do traumático. Em uma era tão cambiante e frágil em suas mutações, em uma cultura na qual o outro não se oferta como um continente para o seu semelhante, o quadro favorece o traumático, pois é precário o trabalho de simbolização, significação e representação por parte do sujeito.

Esse trabalho de simbolização, de construção de sentido, se torna ainda mais fragilizado em um cenário de desamparo, como este causado pela eclosão da pandemia da Covid-19, sua virulência e seu potencial de letalidade. Para Joel Birman (2020), a crise sanitária da pandemia da Covid-19 teve impacto catastrófico em todo o mundo, promovendo a ruptura e a descontinuidade radical das práticas de sociabilidade e dos laços intersubjetivos, descontinuidade histórica esta que promoveu o surgimento de um novo século.

Neste momento histórico, subsequente às mais diversas formas de rupturas e quebra de paradigmas, o sujeito se encontra sem um aporte no Outro da cultura que possa acolher esse traumático. Daí a importância da testemunha e da função testemunho do psicanalista em escutar e acolher esse sujeito, bem como do espaço analítico possibilitar a historicização da trajetória desse sujeito, ajudar a criar um lugar de reconhecimento do traumático vivido na vida pessoal e social do sujeito, de sustentar condições de legitimação.

Segundo Conte e Bauer (2018, p. 55),

Tanto no âmbito do subjetivo como no do social temos em comum afirmar a verdade da experiência, da impressão subjetiva do vivido. Ao ouvirmos um sujeito no relato de sua experiência, abrimos o caminho para que a fala transmita a impressão do vivido. Ao ser possível essa transmissão recuperamos uma memória, um arquivo, que é ao mesmo tempo subjetivo e social.

Rosa (2012) está em consonância com a proposta de escuta, direção de tratamento ética e política que incida sobre a posição de testemunha e promova estratégias de escuta analítica em situações traumáticas:

Para trabalhar a relação trauma, luto, experiência e transmissão, formulamos uma direção possível de tratamento que incide na direção da transformação do trauma em experiência compartilhada e na construção da posição de testemunha, transmissor da cultura. Além disso, faz-se necessário utilizar práticas que levem em consideração as precondições sociopolíticas e subjetivas necessárias para a elaboração do luto e fazer valer a dimensão do desejo, a melhor defesa contra o gozo mortífero. (p. 72)

A experiência compartilhada com os semelhantes resgata a questão alteritária sublinhada por Freud ao longo de sua produção teórica, desde o “*Projeto*” (1950[1895]/1996b), quando institui a presença de um outro humano, semelhante e tradutor, como condição de constituição subjetiva para o infante, até o

texto sobre as massas (1921/1996e), no qual destaca como a psicologia do eu é psicologia da massa e destaca a importância do grupo nas questões identificatórias do funcionamento subjetivo.

Considerações finais

Nas últimas décadas, a psicanálise é cada vez mais convocada a atuar nos mais diversos campos, fora dos limites dos enquadres clássicos e das práticas *standard*, fora dos cânones padronizados que, por um lado, sustentaram a prática clínica em sua ética, e, por outro, favoreceram engessamentos e reducionismos na formação do psicanalista.

A inventividade e o viço da psicanálise devem circular. Na escuta clínica, atualiza-se a recomendação de que um analista deve ser neutro ou abstinente quanto ao seu desejo. Mas também se atualiza que esse psicanalista faz parte de um coletivo, da inserção em uma cultura, de um tempo histórico ao qual ele deve fazer jus e no qual não pode ser neutro ante a barbárie ou aos ataques aos laços sociais e ao pacto civilizatório. Daí a importância do analista cidadão proposto por Laurent (1999), que engaja o psicanalista em um compromisso com a cidadania e o pacto civilizatório representado em um regime democrático.

A psicanálise concebe um sujeito humano fundado na alteridade, forjado e atravessado pelos outros de seu entorno, por suas identificações e pela sua cultura. Mencionamos a célebre máxima do texto freudiano sobre as massas (1921/1996e), que sustenta que “a psicologia do eu é a psicologia das massas”, sublinhando a importância da escuta do sujeito em referência ao grupo/cultura a qual pertence e cujas forças o atravessam.

Em tempos cujos acontecimentos históricos e sociais suscitam nos sujeitos o encontro com o desamparo, a barbárie e o traumático, tempos nos quais os sujeitos se deparam com um encontro com o outro da ordem do horror e da falha na capacidade de simbolização do que é vivido, a psicanálise se apresenta como uma possibilidade de escuta promotora de sentido e de simbolização com função continente e estruturante.

Nessa escuta, o psicanalista pode operar na função testemunho, reconhecendo e legitimando o testemunho que lhe é endereçado.

The testimony function, the traumatic and the listening and clinical management of the citizen psychoanalyst

ABSTRACT: *In recent years we have been experiencing a pandemic health crisis that has potentiated and unveiled other ongoing social and political crises in our culture; these are times of great social transformations and fragilities that generate the increase of polarizations, setbacks in the political and social fields with the rise of totalitarianism, the increase in religio-political fundamentalism, in a return of suppressed conflicts that exposed misogyny, racism, macho behaviour, and many other prejudices in our culture. The contemporary individual offers the analyst a message that cries out for a listening that witnesses and legitimizes the disconcerting traumatic times with the liquefaction of certainties, with the attacks on the social tie and the civilizing pact. The “testimony function” takes on a contained and structuring character in a social scenario that calls for the “citizen analyst”, an analyst implicated in his time and subjectivity that can recognize, sustain and legitimate the speech of the analisand.*

KEYWORDS: *trauma; testimony function; citizen analyst.*

La “función de testigo”, lo traumático e la escucha y manejo clínico del ciudadano psicoanalista

RESUMEN: *En los últimos años estamos asistiendo a una crisis sanitaria pandémica que ha potencializado y desvelado otras crisis sociales y políticas en curso en nuestra cultura; son tiempos de grandes transformaciones y fragilidades sociales que generan una agravación de la polarización, retrocesos en el panorama político y social con el auge del totalitarismo, el incremento del fundamentalismo religioso-político, en un retorno de conflictos reprimidos que desvelan la misoginia, el racismo, el machismo y muchos otros prejuicios de nuestra cultura. El individuo contemporáneo destina al analista un relato que apela a una escucha que es testigo y legitima los tiempos traumáticos desconcertantes con la licuación de las certezas, con los ataques al vínculo social y al pacto civilizador. La “función de testigo” asume un carácter contenido y estructurante en un escenario social que convoca el “analista ciudadano”, un analista que está implicado en su tiempo y en su subjetividad y que puede reconocer, avalar y legitimar el relato del individuo que va a analizar.*

PALABRAS CLAVE: *Trauma; función de testigo; analista ciudadano.*

Referências

Barbará, C. (2014). A verdade ou o testemunho. *Revista de Psicanálise Stylus*, 29: 87-97. doi: 10.31683/stylus.vi29.710

- Birman, J. (2020). *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Conte, B. S. & Bauer, C. S. (2018). O que resta da ditadura civil-militar brasileira: vicissitudes do silenciamento e da memória. In Instituto APPOA, *Por que uma clínica do testemunho?* (pp. 49-62). Porto Alegre: Instituto APPOA. Recuperado de https://appoa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf.
- Coppus, A. N. S. (2020). Você vai voltar ao consultório? Psicanálise e atendimento on-line. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 15(29): 129-139. Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_29/pdf/09%20-%20ALINNE%20NOGUEIRA.pdf
- Endo, P. (2008). Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. *Ide*, 31(47): 70-74. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n47/v31n47a12.pdf>
- Figueiredo, L. C. (2003). *Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. (2018). Trauma e dissociação na “contemporaneidade”. *Cadernos de Psicanálise CPRJ*, 40(39): 91-108. Recuperado de http://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/62
- Freud, S. (1996a). A psicoterapia da histeria. In S. Freud, *Estudos sobre a histeria (1893-1895)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. II, pp. 271-316). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1893).
- Freud, S. (1996b). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. I, pp. 333-443). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950 e escrito em 1895).
- Freud, S. (1996c). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. VII, pp. 163-195). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996d). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. XVIII, pp. 11-75). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996e). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, v. XVIII, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996f). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. XXI, pp. 13-73). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (1996g). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição *standard* brasileira das obras psicoló-

- gicas completas de Sigmund Freud, J. Salomão, trad., v. XXI, pp. 65-147). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- Giovanetti, M. F. (2011). Sobre migrações e transferências. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45(2): 95-104. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v45n2/v45n2a18.pdf>.
- Giovanetti, M. F. (2018). *Clínica psicanalítica: testemunho e hospitalidade*. São Paulo: Blucher.
- Koltai, C. (2016). Entre psicanálise e história: o testemunho. *Psicologia USP [online]*, 27(1): 24-30. doi: 10.1590/0103-6564D20150009
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 653-691). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960).
- Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Revista Curinga*, 13: 7-13. Recuperado de https://ebp.org.br/mg/wp-content/uploads/2020/06/Curinga-edicao_13.pdf
- Muñoz, N. M. & Bursztyn, D. C. (2019). Testemunho e construção: sobre o ensino da psicanálise na universidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(2): 76-82. doi: 10.22409/1984-0292/v31i2/5606
- Nogueira, T. S. (2020). Desesperar, jamais: algumas reflexões sobre o trabalho clínico-psicanalítico durante a pandemia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(3): 119-133. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v54n3/v54n3a11.pdf>
- Rosa, M. D. (2012). Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7: 67-76. doi: 10.11606/issn.2316-9060.v7i0p67-76
- Torrossian, S. D. (2019). A escuta psicanalítica em contextos de crueldade. *Clínica & Cultura*, 8(2): 21-33. Recuperado de <https://www.seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/15269>

Recebido: 20/03/2022

Aceito: 27/06/2022

Vanuza Monteiro Campos Postigo

vanuza.postigo@uol.com.br